

EDUCAÇÃO POLÍTICA E CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA: práticas participativas e formação democrática no Brasil

Beatryz Barbosa Coelho do Nascimento
(UECE)¹, beatryznascimento649@gmail.com

RESUMO

A crise da democracia brasileira, com desconfiança institucional e discursos autoritários, evidencia um déficit de formação política e cidadã. Este trabalho defende que o fortalecimento democrático depende de práticas pedagógicas participativas na educação básica, iniciadas no Ensino Fundamental II e aprofundadas no Médio. Ancorado na Constituição Federal de 1988 e autores como José Murilo de Carvalho (2002) e Paulo Freire (1987), argumenta-se que a cidadania é construída historicamente, e a escola é espaço de socialização política. Metodologicamente, trata-se de reflexão teórico-analítica com revisão bibliográfica. Propõe-se práticas como simulações democráticas, grêmios estudantis, debates e assembleias, articuladas ao ensino de Sociologia e pedagogias decoloniais. Conclui-se que tais experiências promovem pensamento crítico, autonomia e participação cidadã, reafirmando a escola como espaço de reinvenção democrática.

Palavras-chave: Educação política e cidadã. Democracia. Socialização política. Ensino de Sociologia. Pedagogias decoloniais.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a democracia brasileira enfrenta crises como crescente desconfiança nas instituições políticas, baixa participação cidadã e ampliação de discursos autoritários no espaço público. Esse cenário revela não apenas problemas de representação, mas um déficit estrutural de formação política e cidadã, fragilizando a capacidade da população de compreender, participar e intervir criticamente nos processos democráticos. A crise não é apenas institucional, mas ligada aos processos de socialização política e educacional na sociedade brasileira.

Nesse contexto, a educação assume papel central. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, define educação como direito de todos e dever do Estado e família, com finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para cidadania e qualificação para o trabalho. Essa definição mostra que formação cidadã é fundamento central do processo

¹ Estudante de graduação em Ciências Sociais (UECE). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7610694533225179>

educativo, não acessório. Ainda assim, a dimensão política da educação é frequentemente esvaziada ou secundária, contribuindo para cultura política de distanciamento, apatia e fragilidade democrática.

Autores brasileiros da educação e ciências sociais destacam que cidadania não é inata, mas processo histórico e socialmente construído. José Murilo de Carvalho (2002) aponta que trajetória da cidadania no Brasil foi marcada por avanços desiguais e limitação de acesso efetivo a direitos políticos e sociais, impactando participação democrática. A escola configura-se como espaço privilegiado de socialização política, onde valores, práticas e compreensões sobre vida pública são aprendidos, disputados e ressignificados.

Defende-se que fortalecimento da democracia brasileira passa pela consolidação de formação política e cidadã desde a educação básica, desenvolvida progressivamente. Tal formação não se restringe a conteúdos formais sobre instituições ou normas, mas incorpora práticas pedagógicas participativas para vivenciar democracia como experiência concreta. Paulo Freire (1987) argumenta que educação democrática constrói-se via diálogo, participação e reconhecimento de estudantes como agentes ativos, rompendo modelos autoritários.

Práticas participativas incluem projetos de simulação de processos democráticos e legislativos, fortalecimento de grêmios estudantis, debates orientados, assembleias escolares e ações sobre cidadania, direitos fundamentais e funcionamento do Estado brasileiro. Iniciadas gradualmente no Ensino Fundamental II e aprofundadas no Médio, contribuem para formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na vida pública.

Assim, este trabalho defende que a educação política progressiva, articulada a práticas participativas no contexto da educação básica, constitui um caminho fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira. Ao dialogar com a Sociologia da Educação, a teoria democrática e as pedagogias críticas e decoloniais, busca-se refletir sobre o papel da escola como espaço de formação cidadã e de reinvenção democrática, especialmente no contexto das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira.

2 METODOLOGIA

Abordagem teórico-analítica qualitativa, via Sociologia da Educação e teoria democrática, com ênfase em pedagogias críticas. Fundamenta-se em bibliografia de Paulo

Freire, Dermeval Saviani, José Murilo de Carvalho, Marilena Chauí e Miguel Arroyo, dialogando com Constituição Federal de 1988. Não empírica, mas propositiva, problematizando limites da formação política e defendendo práticas participativas para fortalecimento democrático.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta reflexão teórico-analítica são apresentados a partir da articulação entre formação política, educação básica e práticas pedagógicas participativas. A discussão desenvolve-se de forma progressiva, considerando a educação básica como espaço inicial de socialização política, a introdução de práticas participativas no Ensino Fundamental II e o aprofundamento dessas experiências no Ensino Médio. Busca-se, assim, evidenciar como a educação política, quando compreendida como processo contínuo e experiencial, pode contribuir para o fortalecimento da democracia e da cidadania no contexto brasileiro.

3.1 EDUCAÇÃO BÁSICA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

A educação básica constitui um dos principais espaços institucionais de socialização política na sociedade brasileira. Mesmo quando não há uma abordagem explícita da política, a escola transmite valores, normas e concepções sobre autoridade, participação, diálogo e convivência coletiva, influenciando diretamente a formação cidadã dos estudantes. Nesse sentido, compreender a escola apenas como espaço de transmissão de conteúdos formais significa desconsiderar seu papel na constituição de disposições políticas e democráticas.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades históricas e por uma cidadania construída de forma fragmentada, a ausência de uma formação política consistente tende a reforçar práticas de distanciamento e apatia em relação à vida pública. Como destaca José Murilo de Carvalho (2002), a consolidação da cidadania no Brasil ocorreu de maneira desigual, o que impacta a capacidade de participação efetiva dos sujeitos nos processos democráticos. Dessa forma, a educação básica pode ser compreendida como um espaço estratégico para o enfrentamento desse déficit, ao possibilitar o contato inicial dos estudantes com valores democráticos e práticas coletivas.

A socialização política, nesse sentido, não se restringe à aprendizagem de conceitos institucionais, mas envolve experiências concretas de participação, escuta e deliberação. Ao

reconhecer os estudantes como sujeitos ativos do processo educativo, a escola pode contribuir para a construção de uma cultura democrática baseada no diálogo e no respeito à diversidade, em consonância com perspectivas pedagógicas críticas e decoloniais.

3.2. PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II

A introdução progressiva de práticas participativas a partir do Ensino Fundamental II constitui um eixo central para o fortalecimento da formação política e cidadã. Nessa etapa, os estudantes já apresentam maior capacidade de abstração e de compreensão das dinâmicas sociais, o que permite a vivência de experiências pedagógicas orientadas para a participação democrática. Entre essas práticas, destacam-se os projetos de simulação de processos democráticos e legislativos, que possibilitam a compreensão do funcionamento das instituições políticas por meio da experiência prática, e não apenas da exposição teórica.

O fortalecimento e estímulo à organização de grêmios estudantis também se apresentam como instrumentos relevantes de aprendizagem democrática, ao promover a participação coletiva, a representação e o exercício do diálogo. De modo complementar, a realização de debates orientados, assembleias escolares e atividades que estimulem a escuta e a deliberação coletiva contribuem para o desenvolvimento de habilidades fundamentais à vida democrática, como argumentação, negociação e respeito às diferenças.

Além disso, ações voltadas à educação para a cidadania, os direitos fundamentais e o funcionamento do Estado brasileiro permitem articular conteúdos do ensino de Sociologia a práticas concretas, evitando uma abordagem abstrata ou distante da realidade dos estudantes. Essas experiências, quando conduzidas de forma plural e dialógica, não configuram doutrinação, mas processos de aprendizagem democrática, alinhados ao princípio constitucional do preparo para o exercício da cidadania.

3.3. ENSINO MÉDIO E APROFUNDAMENTO DA FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA

No Ensino Médio, as práticas participativas iniciadas no Ensino Fundamental II podem ser aprofundadas e complexificadas, acompanhando o desenvolvimento crítico e intelectual dos estudantes. Nessa etapa, a formação política tende a assumir maior densidade, ao articular experiências participativas com reflexões mais sistematizadas sobre democracia, direitos, desigualdades e organização social. O ensino de Sociologia desempenha papel central nesse

processo, ao oferecer instrumentos teóricos que possibilitam a análise crítica da realidade social e política.

A continuidade dessas práticas ao longo da trajetória escolar contribui para a consolidação de uma formação cidadã mais consistente, evitando que a educação política se limite a ações pontuais ou episódicas. Ao vivenciar a democracia como prática cotidiana, os estudantes ampliam sua compreensão sobre participação política e desenvolvem maior autonomia intelectual, condição fundamental para o fortalecimento da democracia no longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise democrática brasileira exige formação política desde a educação básica via práticas participativas. Ancorada na Constituição, a escola como espaço de socialização política, com experiências como simulações, grêmios e debates, forma sujeitos críticos. Articulada à Sociologia e pedagogias decoloniais, contribui para autonomia, diálogo e transformação social, reafirmando a escola como locus de reinvenção democrática.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jan. 2026.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.
- ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.